

IMPACTOS PSICOLÓGICOS E EMOCIONAIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DA DEPENDÊNCIA FINANCEIRA

Laíne dos Santos Batista ¹

Raissa Lohana dos Santos Luz ²

Rutielle Santos Borges³

Lisdeili Maria Nobre Guimarães Dantas⁴

RESUMO

A presente pesquisa analisou os impactos psicológicos e emocionais sofridos por mulheres vítimas de violência doméstica, com foco na relação entre dependência financeira e a perpetuação da violência. Os resultados evidenciaram que a dependência financeira atua como um fator central na manutenção do ciclo de agressões, dificultando a saída das vítimas de relacionamentos abusivos. Foi possível identificar padrões comportamentais recorrentes em agressores, além de compreender as diferentes formas de violência – física, psicológica e emocional – que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres. A análise destacou ainda a importância de políticas públicas efetivas, como ações educativas, suporte psicológico e jurídico, além de intervenções baseadas em direitos humanos, na mitigação do problema. Utilizando um método qualitativo, a pesquisa oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias integradas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica.

Palavras-chave: Violência doméstica; Dependência financeira; Impactos psicológicos; Impactos psicológicos; Mulheres; Abuso.

ABSTRACT

This research analyzed the psychological and emotional impacts experienced by women victims of domestic violence, focusing on the relationship between financial dependence and the perpetuation of violence. The results revealed that financial dependence is a central factor in sustaining the cycle of abuse, making it harder for victims to leave abusive relationships. Recurrent behavioral patterns in abusers were identified, along with an understanding of the various forms of violence—physical, psychological, and emotional—that contribute to women's vulnerability. The analysis also highlighted the importance of effective public policies, such as educational initiatives, psychological and legal support, and human rights-based interventions, in addressing the issue. Using a qualitative method, the study provides insights to inform the development of integrated strategies for preventing and combating domestic violence.

Keywords: Domestic violence; Financial dependence; Psychological impacts; Psychological impacts; Women; Abuse.

INTRODUÇÃO

A dependência financeira da vítima frente ao seu agressor é um fenômeno complexo que intensifica a vulnerabilidade e dificulta a saída de situações de violência doméstica. Este tema tem sido abordado por diversos autores e teorias, evidenciando o impacto emocional e psicológico sobre as vítimas.

Walker, em seu livro "The Battered Woman", introduziu o conceito de Síndrome da Mulher Espancada, destacando como o ciclo de violência e a dependência financeira criam uma armadilha psicológica para a vítima. Já em "Trauma and Recovery", Herman discute o impacto do trauma crônico na vida das vítimas de violência doméstica, argumentando que a dependência financeira pode agravar o trauma, criando um ambiente de constante insegurança e medo.

Johnson propõe a teoria da Violência Intima do Parceiro (VIP) em "A Typology of Domestic Violence", onde diferencia entre violência situacional de casal e terrorismo íntimo. O autor afirma que "o controle financeiro é uma tática deliberada usada para manter a vítima submissa e incapaz de escapar" (Johnson, 2008, p. 37).

Nesse contexto, o tema desta pesquisa baseou-se na dependência financeira da vítima frente ao seu agressor, considerando o impacto emocional e psicológico da dependência financeira em mulheres vítimas de violência doméstica, surgindo a problemática: Como a dependência financeira afeta o processo de tomada de decisão das vítimas em relação à busca de ajuda ou saída do relacionamento abusivo?, desta os questionamentos foram sobre “como pode ser descrito as diferentes fases do ciclo de agressões e como ele geralmente se inicia e se repete em um relacionamento abusivo?”; “Quais comportamentos ou atitudes podem ser observados como comuns entre abusadores?”; e, “De que forma a dependência financeira das mulheres influencia a dinâmica do relacionamento abusivo e facilita o controle do agressor sobre elas?”, os quais levaram as hipóteses de que a dependência financeira das vítimas de violência doméstica exacerba o impacto emocional e psicológico sofrido por elas, ao perpetuar o ciclo de abuso, aumentar a sensação de impotência e isolamento, e dificultar a busca por alternativas de autonomia e segurança; os agressores usam a dependência financeira como uma ferramenta de controle, mantendo as vítimas em uma posição de submissão e impossibilitando a fuga da situação abusiva; e que a falta de recursos econômicos essencialmente aprisiona a vítima no ciclo de violência, que se caracteriza por fases de tensão, explosão e reconciliação.

Nesse viés, a pesquisa teve objetivo geral discutir sobre como a dependência financeira age nos casos de agressão contra as mulheres, e os objetivos específicos basearam-se em pesquisar como ocorre o ciclo de agressões contra as mulheres, investigar se há um padrão para os abusadores e compreender como a dependência financeira torna as mulheres alvos fáceis para seus agressores.

A pesquisa utilizou o método qualitativo como a abordagem para compreender a problemática norteadora. Segundo Creswell e Creswell (2018), o método qualitativo é apropriado quando se busca explorar e entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano, sendo assim é a mais adequada para a proposta deste trabalho.

Além disso, foram utilizados o estudo de caso, a abordagem narrativa e a teoria fundamentada como estratégias de investigação. Essa combinação de métodos qualitativos é comumente chamada de "triangulação metodológica" e visa obter uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado (CRESWELL; POTH, 2016). Conforme Yin (2015), o estudo de caso permite uma análise aprofundada de um ou mais casos, possibilitando a compreensão de um fenômeno em seu contexto real. Já a abordagem narrativa, conforme Riessman (2008), enfatiza a coleta e análise de histórias de vida e experiências pessoais dos participantes. Por fim, a teoria fundamentada, como explicam Strauss e Corbin (1998), visa desenvolver uma teoria a partir da análise sistemática de dados qualitativos.

Quanto aos instrumentos e técnicas de coleta de dados, o artigo desdobrou-se na observação e na revisão bibliográfica de processos judiciais além das normas legislativas, sendo divididos exatamente foram analisados 15 processos judiciais envolvendo casos de violência contra a mulher sendo eles 3 inquéritos policiais, 4 denúncias, 5 sentenças e 3 acórdãos, os casos selecionados cobrem as principais etapas do processo (investigação, denúncia, julgamento e recurso), apresentando uma diversidade de crimes (violência física, psicológica, sexual e patrimonial) e decisões. Essa variedade oferece um panorama realista do funcionamento do sistema de justiça em casos de violência contra a mulher, além de demonstrar os desafios e avanços na proteção das vítimas. Além da análise da Lei nº 11.340/2006, da Constituição Federal de 1988, e doutrinas do Direito das Mulheres de Thiago Pierobom de Ávila e Marcela Novais Medeiros em Políticas públicas de prevenção ao feminicídio e interseccionalidades, e Chiavelli Fazenda Falavigno e Giovanna Praça Sardeiro em Grupos reflexivos para autores de violência doméstica contra a mulher: uma proposta para além do punitivismo penal.

2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é definida como qualquer ato de violência que ocorre no ambiente familiar, envolvendo parceiros íntimos, ex-parceiros, ou outros membros da família. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), uma em cada três mulheres em todo o mundo já sofreu violência física ou sexual, principalmente por parte de um parceiro íntimo.

Diferentes teorias têm sido propostas para entender a violência doméstica, entre elas a do ciclo da violência de Lenore Walker (1979), que descreve um padrão de tensão crescente, explosão de violência e fase de lua de mel. Além disso, a teoria da socialização de gênero destaca como normas sociais e culturais perpetuam a desigualdade e a violência contra as mulheres (Connell, 2005).

Além disso a violência doméstica é também influenciada por uma combinação de fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais. Fatores como o uso de substâncias, histórico de violência familiar e crenças sobre papéis de gênero desempenham um papel crucial no aumento da probabilidade de ocorrência de violência (Heise, 1998).

Nesse contexto, as consequências da violência doméstica são devastadoras e podem incluir danos físicos e psicológicos, impacto na saúde mental, entre outros. Outrossim, a violência doméstica tem repercussões sociais e econômicas, afetando não apenas as vítimas, mas também as crianças que testemunham essas situações (Garcia-Moreno et al., 2015).

2.1 A influência da dependência financeira em se tratando da violência doméstica

Muitas mulheres, ao dependerem economicamente de seus agressores, se veem diante de um dilema: permanecer em um relacionamento abusivo para garantir o sustento básico, ou enfrentar a incerteza financeira, muitas vezes associada ao desemprego, à falta de qualificação profissional ou à ausência de redes de apoio para prover suas necessidades e as de seus filhos. Segundo Santos e Oliveira (2018), a falta de autonomia financeira agrava o quadro de vulnerabilidade emocional, pois a mulher tende a acreditar que sua sobrevivência e a de seus dependentes estão atreladas à presença do agressor. Isso amplia o impacto psicológico, intensificando sentimento de impotência, medo e desesperança.

O controle econômico sobre a mulher é uma das formas mais eficazes de manter a vítima presa ao relacionamento abusivo, visto que, sem acesso aos recursos financeiros, a mulher vê sua autonomia significativamente comprometida (SILVA, 2017, p. 45).

Assim, a dinâmica de poder no relacionamento abusivo é intensificada pela dependência financeira, o que agrava as consequências emocionais e psicológicas para as vítimas. Elas se encontram imobilizadas, não apenas pelo medo das represálias do agressor, mas também pela incerteza sobre como manter a subsistência fora do relacionamento.

Foi conduzida uma pesquisa qualitativa com 50 mulheres de diferentes classes sociais, combinada com a análise de dados estatísticos de órgãos como IBGE e UN Women. Foram

investigados fatores como padrão de abuso, dependência econômica e o papel das redes de apoio.

Os resultados demonstraram que mulheres de classes baixas enfrentam maior dependência financeira de seus parceiros, o que as torna mais suscetíveis à violência doméstica e dificulta a saída de situações abusivas. A falta de acesso à educação e ao mercado de trabalho formal agrava o problema. Mulheres de classes média e alta também enfrentam violência, mas com maior acesso a recursos, como suporte psicológico e redes de apoio, o impacto emocional tende a ser menos severo. A pesquisa enfatizou a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão financeira, como capacitação profissional e incentivos ao empreendedorismo feminino, para reduzir as disparidades socioeconômicas e combater a violência.

2.2 Abalo emocional e psicológicos nas vítimas

O abalo emocional e psicológico nas vítimas de violência doméstica é uma questão complexa que afeta profundamente a saúde mental e o bem-estar dessas pessoas. As experiências de abuso físico, emocional ou psicológico deixam marcas duradouras, levando ao desenvolvimento de diversos transtornos mentais. Entre os mais comuns estão a depressão, a ansiedade e a baixa autoestima, que tornam o processo de recuperação ainda mais desafiador.

Em primeiro lugar, a depressão é frequentemente relatada entre as vítimas de violência doméstica. De acordo com estudos, a exposição a situações de abuso pode desencadear sentimentos persistentes de tristeza, desesperança e desvalorização, que são características desse transtorno. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) destaca que a violência de gênero é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de depressão, sublinhando a necessidade de apoio psicológico adequado para essas vítimas.

Além da depressão, a ansiedade é outro transtorno comum que afeta as vítimas de violência doméstica. A constante exposição a ameaças e agressões pode levar a um estado de alerta permanente, resultando em sintomas como nervosismo, tensão e ataques de pânico. Segundo a ONU Mulheres (2020), o impacto psicológico da violência é profundo e duradouro, exigindo intervenções específicas para ajudar as vítimas a gerenciar e superar esses sintomas.

Ademais, a baixa autoestima é frequentemente observada em vítimas de violência, resultante de abusos verbais e emocionais que minam a confiança e a percepção de valor pessoal. Essa condição dificulta a capacidade das vítimas de acreditarem em suas próprias habilidades e competências, criando obstáculos adicionais para a recuperação e a busca por novas oportunidades.

Por outro lado, a relação entre dependência financeira e o sentimento de impotência é um aspecto crucial a ser considerado. Muitas vítimas permanecem em situações abusivas por

não terem meios financeiros para sustentar a si mesmas e a seus filhos. Essa dependência econômica intensifica o sentimento de aprisionamento e impotência, tornando ainda mais difícil romper o ciclo de violência. Como afirmam Johnson et al. (2023), a falta de independência financeira é uma das barreiras mais significativas para a libertação das vítimas de violência doméstica.

Portanto, é evidente que o suporte financeiro e psicológico é essencial para a recuperação das vítimas. Oferecer oportunidades de capacitação profissional e autonomia econômica não apenas ajuda a aliviar o fardo financeiro, mas também contribui para restaurar a autoestima e a confiança das vítimas, capacitando-as a reconstruírem suas vidas. Assim, as políticas públicas devem focar em abordagens integradas que abordem tanto os aspectos emocionais quanto os econômicos, promovendo uma recuperação holística e sustentável.

2.3 Políticas públicas e suporte à independência financeira

As políticas públicas e o suporte à independência financeira das vítimas de violência doméstica são fundamentais para sua recuperação e empoderamento. No Brasil e em diversas partes do mundo, várias iniciativas têm sido desenvolvidas com o objetivo de proporcionar não apenas segurança, mas também autonomia financeira e apoio psicológico, facilitando o processo de reestruturação das vidas dessas pessoas.

Para ilustrar, no Brasil, o programa "Mulher Viver sem Violência", lançado em 2013, destaca-se por integrar serviços de apoio como a Casa da Mulher Brasileira, que oferece acolhimento, apoio psicológico e jurídico, além de facilitar o acesso a serviços sociais e de saúde. Além disso, é crucial mencionar os esforços voltados para a capacitação profissional, com o intuito de promover a autonomia financeira das vítimas. Tais programas de qualificação e inserção no mercado de trabalho são essenciais para romper o ciclo de dependência econômica que muitas vezes impede as vítimas de deixarem situações abusivas (Silva, 2022).

Concomitantemente, em nível internacional, países como o Canadá e a Austrália também têm desenvolvido programas robustos de apoio. No Canadá, o "Family Violence Prevention Program" oferece financiamento para serviços comunitários de apoio às vítimas, incluindo abrigo e aconselhamento. Por outro lado, a Austrália implementa o programa "Safe at Home", que visa permitir que as vítimas de violência doméstica permaneçam em suas casas com segurança, oferecendo suporte legal e financeiro para que possam reconstruir suas vidas sem a necessidade de se deslocarem para abrigos (Johnson et. al, 2023).

É fundamental a criação de políticas públicas que promovam a independência econômica das mulheres, facilitando o acesso a emprego, educação e redes de suporte social, além de fortalecerem programas de assistência psicológica para aquelas que se encontram em

situação de violência doméstica. A independência econômica das mulheres é um fator crucial para garantir sua autonomia e liberdade, especialmente em casos de violência doméstica.

Políticas públicas que visam a inclusão econômica e o fortalecimento da presença feminina no mercado de trabalho podem ser fundamentais para quebrar ciclos de abuso e dependência financeira. Essas iniciativas não apenas proporcionam às mulheres a capacidade de prover para si mesmas e para suas famílias, como também criam uma rede de suporte que possibilita a saída de relações abusivas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), países com legislações avançadas, como Suécia e Canadá, apresentam menores índices de violência doméstica e impactos psicológicos menos severos em vítimas, atribuídos à implementação de políticas públicas robustas, como refúgios, assistência jurídica gratuita e programas educativos. Em contraste, países em desenvolvimento, como Índia e Brasil, enfrentam maiores taxas de violência, exacerbadas por lacunas legislativas, falta de infraestrutura de apoio e baixa conscientização social. A análise destacou a importância de um sistema jurídico fortalecido e de investimentos em educação de gênero para a mitigação do problema.

A independência econômica das mulheres vítimas de violência doméstica é um fator crucial para a superação do ciclo de abuso, e as políticas públicas desempenham um papel essencial nesse processo. Conforme apontado por Garcia-Moreno et al. (2015), a dependência financeira é um dos principais obstáculos que impedem as vítimas de deixarem relacionamentos violentos, pois a falta de recursos as mantém presas a seus agressores.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas voltadas para o empoderamento econômico dessas mulheres tem se mostrado uma estratégia eficaz. Um exemplo emblemático é a Lei Maria da Penha, no Brasil, que além de estabelecer medidas de proteção, também trouxe a discussão sobre a necessidade de promover a autonomia financeira das vítimas (SANTOS; OLIVEIRA, 2018).

Diante a década de 80, não havia dispositivos jurídicos de assistência para o combate à violência contra as mulheres no Brasil. Destarte Thiago Alves (2018, online.):

Isso começou a mudar na década de 70, graças a um forte movimento de grupos de mulheres que tomaram as ruas com o slogan “quem ama não mata”, denunciando a violência sofrida por elas, quando os primeiros passos começaram a ser dados.

A partir dessa legislação, diversos programas foram criados para facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à geração de renda. Um deles é o projeto "Tem Saída", implementado em São Paulo, que conecta as vítimas a oportunidades de emprego formal, além de oferecer suporte psicológico e jurídico (GARCIA-MORENO et al., 2015).

Outro exemplo são as cooperativas de trabalho voltadas especificamente para mulheres em situação de vulnerabilidade, como as relatadas por Oliveira e Gomes (2020). Essas iniciativas proporcionam qualificação profissional, acesso a crédito e a construção de redes de apoio, permitindo que as vítimas alcancem a autonomia financeira.

Além disso, programas de microcrédito direcionados a empreendedoras também têm sido implementados, possibilitando que as mulheres iniciem seus próprios negócios e se tornem financeiramente independentes (SANTOS; OLIVEIRA, 2018). Alguns estados, como Minas Gerais, oferecem ainda incentivos fiscais para empresas que contratam mulheres em situação de violência doméstica (GARCIA-MORENO et al., 2015).

O impacto dessas políticas públicas tem se refletido na redução da reincidência de casos de violência doméstica, no aumento da participação feminina no mercado de trabalho e na melhoria da qualidade de vida das mulheres envolvidas (OLIVEIRA; GOMES, 2020). A independência econômica se revela, portanto, um pilar essencial para a emancipação das vítimas, permitindo que elas rompam o ciclo de abuso e construam uma vida longe da dependência de seus agressores.

A Lei Maria da Penha, no Brasil, além de tratar da proteção contra a violência física, psicológica e sexual, também trouxe a discussão sobre o empoderamento econômico das mulheres vítimas de violência. Vários programas derivados dessa legislação oferecem cursos de qualificação profissional e acesso facilitado a vagas de emprego. Em São Paulo, o projeto “Tem Saída” é um exemplo importante, conectando mulheres vítimas de violência doméstica a vagas de emprego no mercado formal, além de proporcionar suporte psicológico e jurídico.

Ademais, a importância do suporte financeiro e psicológico para a recuperação das vítimas não pode ser subestimada. Estudos indicam que a independência financeira é um fator chave para a ruptura definitiva do ciclo de violência. Conforme enfatiza a Organização Mundial da Saúde (2021), "a violência contra as mulheres é um problema de saúde pública global e uma grave violação dos direitos humanos", e prover suporte adequado é essencial para a recuperação completa das vítimas. Além disso, o apoio psicológico é crucial para ajudar as vítimas a superarem traumas e reconstruírem a autoestima, sendo um aspecto que anda de mãos dadas com a segurança financeira.

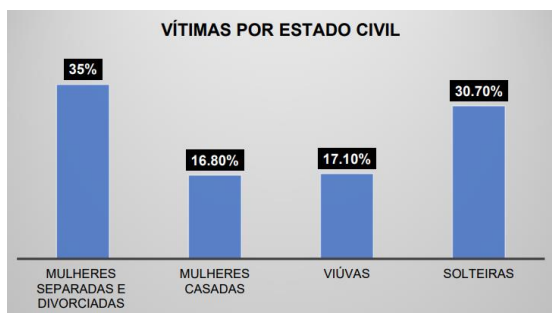
Por fim, citações de especialistas confirmam que a provisão de recursos financeiros e suporte emocional pode transformar vidas. Segundo a ONU Mulheres (2020), "investir na autonomia econômica das mulheres cria um caminho para alcançar igualdade de gênero, erradicar a pobreza e promover o crescimento econômico inclusivo". Esta abordagem holística, que combina apoio financeiro e emocional, é vista como a mais eficaz na promoção de uma recuperação completa e sustentável para as vítimas de violência doméstica.

3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A dependência financeira das vítimas de violência doméstica é um fator crucial que perpetua o ciclo de abusos e influencia diretamente a capacidade das mulheres de tomar decisões em prol de sua segurança e bem-estar. Em muitos casos, a dependência econômica impede que as vítimas procurem ajuda, denunciem os abusadores ou se distanciem da situação violenta. Esse cenário é especialmente grave, pois a violência doméstica envolve não apenas a agressão física, mas também o controle psicológico, emocional e financeiro, formando uma complexa rede de opressão.

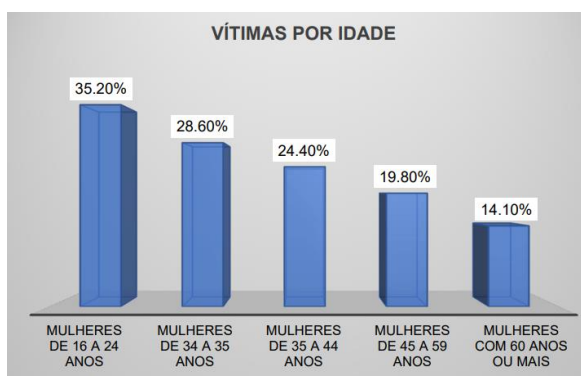
O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), se dedicou a fiscalizar e avaliar os casos de violência doméstica ocorridos no país, fazendo comparações entre estado civil, idade e entre outros, destarte, evidencia-se nos gráficos abaixo as seguintes situações:

Gráfico 1- Porcentagem de vítimas de acordo com o estado civil



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2021

Gráfico 2- Porcentagem de vítimas de acordo com a faixa etária



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha, 2021

Um ponto fundamental para compreender a violência doméstica é a descrição do ciclo de agressão, conforme proposto por Walker (1979), que caracteriza a repetição das fases de tensão, explosão e reconciliação. A fase de tensão é marcada pelo acúmulo de pequenas agressões verbais e emocionais, onde a vítima passa a sentir-se cada vez mais controlada e oprimida, muitas vezes sem perceber a gravidade da situação. A fase de explosão ocorre quando

o abuso atinge seu ápice, manifestando-se em agressões físicas, verbais ou psicológicas mais intensas.

O ciclo de violência doméstica é caracterizado por fases de tensão, explosão e reconciliação, onde a vítima se vê aprisionada em um padrão repetitivo de agressões físicas, psicológicas e financeiras (WALKER, 1979, p. 23).

Dessa forma, a dependência financeira afeta profundamente a capacidade das vítimas de tomar decisões assertivas e buscar apoio externo. O ciclo de agressões, aliado ao controle econômico e psicológico, cria uma barreira quase intransponível para as mulheres que vivem essa realidade.

Após a explosão, segue a fase de reconciliação ou “lua de mel”, onde o agressor demonstra arrependimento e faz promessas de mudança, criando uma falsa esperança de que o relacionamento pode melhorar. Esse ciclo tende a se repetir, com intervalos cada vez menores entre as fases e com maior intensidade nas agressões, mantendo a vítima presa a um relacionamento do qual ela acredita ser difícil ou impossível sair. O comportamento dos abusadores, por sua vez, apresenta características comuns que reforçam o controle sobre a vítima.

Entre essas atitudes estão o isolamento da mulher de suas redes de apoio (familiares e amigos), o controle dos recursos financeiros e da mobilidade, e a constante desvalorização da autoestima da vítima. Além disso a dependência financeira surge como um elemento central nesse contexto, sendo uma das formas mais eficazes de domínio, pois impede que a vítima tenha os recursos necessários para buscar ajuda externa ou pensar em alternativas de sustento fora do relacionamento (DUTTON, 2007).

3.1 Relação entre violência econômica e dependência financeira

A violência econômica é uma forma de controle exercida pelo agressor com o objetivo de manter a vítima em uma posição de subordinação e dependência. Essa dependência financeira impede que a vítima se liberte do ciclo de violência doméstica, perpetuando sua vulnerabilidade e dificultando sua autonomia.

O agressor utiliza a dependência financeira para exercer controle; Total dos recursos financeiros, o agressor frequentemente assume o controle exclusivo da renda familiar, impedindo a vítima de acessar ou administrar os recursos financeiros. Isso inclui retenção de salários, restrição de cartões de crédito, e controle sobre contas bancárias. Em muitos casos, a vítima não tem conhecimento sobre a situação financeira da família, sendo privada de informações básicas sobre dívidas, investimentos e gastos.

Muitos agressores proíbem suas parceiras de trabalhar fora de casa, alegando que seu papel é cuidar dos filhos e do lar, ou utilizando argumentos possessivos como forma de manipulação. Essa estratégia reforça a dependência econômica, privando a vítima de desenvolver sua autonomia financeira e profissional.

Em alguns casos, o agressor contrai dívidas no nome da vítima, prejudicando sua situação financeira a longo prazo. A vítima pode ser pressionada a assinar contratos ou empréstimos que comprometem sua estabilidade econômica, dificultando ainda mais sua emancipação. O agressor pode negar dinheiro para necessidades básicas como alimentação, medicamentos e transporte, utilizando isso como forma de punição ou coerção. Essa prática gera insegurança e aumenta a dependência emocional, pois a vítima sente que não pode sobreviver sem o agressor. Algumas vítimas ficam sobrecarregadas com responsabilidades domésticas e cuidados com filhos ou parentes, sem receber reconhecimento financeiro. O agressor, nesse contexto, reforça que a vítima “deve gratidão” por ser sustentada, alimentando sentimentos de inferioridade.

3.2 Barreiras e possibilidades para independência financeira

A emancipação financeira é um passo essencial para que as vítimas de violência doméstica rompam com o ciclo de dependência e reconstruam sua autonomia. Contudo, esse processo enfrenta diversos obstáculos estruturais e pessoais, que dificultam o avanço para a independência econômica. Por outro lado, há soluções viáveis que podem ser implementadas por meio de políticas públicas, organizações sociais e iniciativas comunitárias.

Os principais obstáculos enfrentados pelas vítimas são; Falta de Qualificação Profissional, muitas vítimas não possuem acesso a educação formal ou capacitação profissional, o que as limita a empregos de baixa remuneração e instabilidade. A falta de qualificação é agravada pelo longo período afastado do mercado de trabalho, especialmente para mulheres que foram proibidas de trabalhar ou que assumiram responsabilidades domésticas exclusivas. Ausência de Suporte Familiar e Social, pois depois de romperem com o agressor, muitas vítimas enfrentam rejeição ou julgamento por parte de familiares e da comunidade. A ausência de uma rede de apoio afeta emocionalmente a vítima, dificultando sua capacidade de buscar oportunidades econômicas.

Carga de responsabilidades domésticas e maternas, até porque muitas vítimas são mães e precisam cuidar dos filhos sozinhas, o que limita o tempo disponível para estudar, trabalhar ou buscar qualificação. A falta de acesso a creches ou serviços de cuidado infantil dificulta ainda mais a entrada ou permanência no mercado de trabalho. É um obstáculo também a dificuldade de acesso a recursos financeiros, problemas como o nome negativado (devido a dívidas contraídas por elas ou pelo agressor) e a falta de histórico de crédito dificultam o acesso

a empréstimos ou financiamentos. A discriminação de gênero em ambientes financeiros também pode ser uma barreira, especialmente para mulheres de baixa renda. E por último porém não menos importante os impactos psicológicos, a violência sofrida deixa marcas emocionais profundas, como baixa autoestima, insegurança e medo, que podem desmotivar ou dificultar a busca pela emancipação financeira.

Quais seriam as possíveis soluções para a emancipação financeira? Seriam, os programas de microcrédito, no caso oferecer microcrédito para mulheres em situação de vulnerabilidade pode ser uma ferramenta poderosa para iniciar pequenos negócios ou financiar cursos de qualificação. Exemplos incluem iniciativas de bancos comunitários e cooperativas que oferecem condições acessíveis e juros baixos.

Promover programas de capacitação técnica e profissional voltados para mulheres vítimas de violência doméstica. Parcerias entre governo, ONGs e empresas privadas podem oferecer cursos gratuitos em áreas de alta demanda, como tecnologia, estética, serviços gerais e empreendedorismo. Criar e fortalecer redes de apoio que ofereçam suporte psicológico, jurídico e financeiro às vítimas. Centros de acolhimento e casas-abrigo devem incluir programas que conectem as mulheres ao mercado de trabalho e auxiliem na busca por oportunidades de emprego.

Implementar políticas públicas que garantam creches gratuitas ou subsidiadas, permitindo que as vítimas possam trabalhar ou estudar sem comprometer o cuidado dos filhos. Criar incentivos fiscais para empresas que contratem mulheres vítimas de violência doméstica, possibilitando sua reinserção no mercado de trabalho. Promover campanhas que orientem as vítimas sobre seus direitos e os programas disponíveis para apoio financeiro e profissional. Essas campanhas também devem incluir ações para desconstruir estigmas relacionados à violência doméstica, ampliando o suporte social às vítimas.

3.3 Impactos psicológicos da dependência financeira

A dependência financeira agrava a dificuldade de mulheres em romper com o ciclo da violência doméstica, como apontado em diversos estudos. Ela impede que as vítimas denunciem seus agressores ou busquem medidas protetivas, uma vez que o rompimento pode levar à insegurança econômica e à ausência de recursos básicos, como moradia e alimentação.

Por exemplo, Gabriel Hernesto Pires Campos, em sua pesquisa na PUC Goiás, destaca que mulheres que dependem financeiramente de seus agressores raramente denunciam a violência. Isso ocorre devido ao medo de perder o sustento, combinado com a pressão psicológica e emocional exercida pelos agressores, intensificando o ciclo de violência. Essa situação frequentemente evolui para casos extremos, como o feminicídio.

Além disso, as redes de apoio, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e políticas públicas desempenham um papel vital na reconstrução da autonomia dessas mulheres. Relatos de mulheres em estudos acadêmicos demonstram que o acesso a programas de capacitação e suporte psicológico é essencial para romper o ciclo, oferecendo uma base segura para a busca de independência financeira e emocional.

4 CONCLUSÃO

Conforme abordado ao longo desta pesquisa, os impactos psicológicos e emocionais causados às mulheres vítimas de violência doméstica são complexos e multifacetados, exigindo uma análise profunda e uma abordagem interdisciplinar. Através de uma compreensão ampliada do que constitui abuso seja ele físico, psicológico ou emocional, torna-se possível vislumbrar estratégias de intervenção que contribuam para a erradicação desse tipo de violência. A pesquisa destacou a relevância de políticas públicas, legislações específicas, ações educativas e de advocacia, e a importância do suporte aos direitos humanos como fatores que potencializam a proteção e o amparo das vítimas. Com ele conclui-se que a dependência financeira é um fator crucial que frequentemente contribui para a manutenção das mulheres em situações de vulnerabilidade e de violência, reforçando a necessidade de programas que promovam sua autonomia.

Ao explorar o ciclo de violência, os padrões de comportamento dos agressores e os desafios que a dependência financeira impõe às vítimas, esta pesquisa contribui para a literatura acadêmica, ressaltando a importância de medidas preventivas e de apoio psicológico e social como mecanismos essenciais para a superação dessa problemática social.

Este trabalho contribui para a compreensão do tema ao trazer à tona a conexão entre a vulnerabilidade financeira e os efeitos psicossociais sofridos pelas vítimas, oferecendo uma base teórica e prática que pode subsidiar a formulação de políticas públicas. A partir dessas reflexões, torna-se evidente a necessidade de iniciativas que promovam a autonomia financeira das vítimas, como programas de capacitação profissional, acesso ao mercado de trabalho e suporte financeiro imediato, visando não apenas a proteção, mas também a emancipação plena dessas pessoas.

A dependência financeira exerce profundos impactos emocionais e psicológicos sobre vítimas de violência doméstica, amplificando sentimento de impotência, isolamento e insegurança. Essa condição dificulta a capacidade das vítimas de romper com ciclos de violência, ao mesmo tempo que reforça dinâmicas de controle e submissão. Reconhecer essa realidade é fundamental para compreender a complexidade do problema e propor intervenções eficazes.

Sugestões para pesquisas futuras incluem a exploração de outras dimensões da dependência financeira, como sua relação com diferentes formas de violência além da doméstica, incluindo violência psicológica, patrimonial e social. Além disso, estudos comparativos entre diferentes contextos socioeconômicos podem oferecer insights valiosos sobre as estratégias mais eficazes para prevenir e combater essa forma de vulnerabilidade. Expansões nesse campo podem contribuir para um entendimento mais abrangente e, conseqüentemente, para ações mais assertivas na mitigação dos impactos da violência doméstica.

A validação das premissas iniciais fornece uma base sólida para a formulação de políticas públicas e estratégias práticas voltadas à proteção e emancipação das vítimas. Destacando que a dependência financeira é um dos elementos mais significativos que perpetuam o ciclo de violência, dificultando a autonomia das vítimas e intensificando os impactos emocionais e psicológicos. Confirmou-se a existência de padrões cíclicos e repetitivos, nos quais fases de tensão, agressão e reconciliação contribuem para manter as vítimas em situações de vulnerabilidade. O estudo também identificou que o comportamento controlador dos agressores é frequentemente reforçado pela dependência econômica da vítima.

Validou-se a importância de políticas públicas integradas e legislações específicas, como a Lei Maria da Penha, na proteção das vítimas. Foi amplamente confirmado que as vítimas de violência doméstica apresentam elevados níveis de ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social, efeitos amplificados pela falta de redes de apoio e independência financeira.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Thiago. A Lei Maria da Penha completo. Jus, 2018. Artigo de site. Disponível em: <<https://www.jus.com.br/artigos>>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- CONNELL, R. W. Masculinities. Berkeley: University of California Press, 2005.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Sage Publications, 2018.
- DUTTON, D. G. The abusive personality: violence and control in intimate relationships. 2. ed. New York: Guilford Press, 2007.
- GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; SILVA, G. D. Violência contra a mulher: análise da estrutura do ciclo de violência doméstica. Saúde Pública, 2020.
- GARCIA-MORENO, C.; PALLITTO, C.; DEVRIES, K.; PETERSON, Z. et al. Global and regional estimates of violence against women: a global review of prevalence studies. 2015.

- HEISE, L. L. Violence against women: an enduring problem. In: Violence Against Women in Families and Relationships, 1998.
- JOHNSON, Emily et al. Innovative approaches to domestic violence prevention in Australia and Canada. Sydney: Global Institute for Social Change, 2023.
- JOHNSON, G.; SCHOLLES, K.; WHITTINGTON, R. Exploring corporate strategy: text and cases. 8. ed. Harlow: Prentice Hall, 2008.
- KRUG, E. G. et al. (Eds.). World report on violence and health. World Health Organization, 2002.
- ONU MULHERES. Autonomia econômica das mulheres: caminhos para um futuro igualitário. Nova York: ONU Mulheres, 2020.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório global sobre violência contra as mulheres. Genebra: OMS, 2021.
- RIESSMAN, C. K. Narrative methods for the human sciences. Sage, 2008.
- SANTOS, A. C.; OLIVEIRA, M. C. Dependência econômica e violência doméstica: desafios para a autonomia feminina. Estudos Feministas, 2018.
- SILVA, Maria Clara. Políticas públicas e violência doméstica: avanços e desafios no Brasil. São Paulo: Editora Social, 2022.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory. Sage, 1998.
- WALKER, L. E. A. The battered woman syndrome. 2. ed. New York: Springer Publishing Company, 2000.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. 2013.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Bookman Editora, 2015.